

A permeabilidade da REAF à perspectiva de gênero: espaços para pensar transversalidade e igualdade

RESUMO

Flávia Charão-Marques

charao.flavia@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Brasil.

Este artigo analisa como a REAF (Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul) foi se tornando permeável a questões relacionadas às problemáticas de gênero, gerando a possibilidade da criação de um espaço político, o Grupo de Trabalho de Gênero. Partindo de uma perspectiva crítica dos essencialismos de gênero e entendendo a transversalidade de gênero nas políticas públicas como um aspecto analítico chave, o trabalho busca refletir sobre encontros de diferentes atores sociais e diversos conhecimentos, que podem influenciar conteúdos de certas políticas. Os resultados demonstram avanços importantes na visibilização de problemas nas relações de gênero em intersecção com os temas da agricultura familiar, todavia, também apontam para limitações importantes no que tange à implementação da transversalidade de gênero; sugerindo uma relação mal resolvida entre autonomia econômica e equidade de gênero. A análise, finalmente, desafia a continuar abordando problemáticas que mesclam gênero e ruralidade, enfocando situações localizadas onde se expressam diversidades de opressões, mas também potencialidades sociais e políticas.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres; feminismo; política pública; agricultura familiar, desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

A REAF (Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul) funciona como um espaço de diálogo político entre governos e organizações da agricultura familiar.¹ Ela se constitui, em 2004, como um órgão auxiliar que assessorava o Grupo Mercado Comum (GMC) - instância decisória executiva do Mercosul², que, por sua vez, responde ao Conselho do Mercado Comum (CMC), responsável pela condução da política de integração do bloco regional de países (Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, estendido, atualmente, também ao Chile, Bolívia, Peru, Colômbia e Equador). Fundamentalmente, a REAF tem a “finalidade de fortalecer as políticas públicas para o setor, promover o comércio dos produtos da agricultura familiar e facilitar a comercialização na região” (REAF, 2020).

Um aspecto crucial na criação do Mercosul é o fato de que se constitui como um acordo comercial, cuja diretriz principal é a integração entre os países do bloco de modo a facilitar trocas econômicas. Então, não é estranho que também, na criação da REAF, o foco estabelecido recaia sobre o comércio. No entanto, como apontam Catia Grisa e Paulo Niederle (2019, p. 9), especialmente durante a primeira década do anos 2000, com as tendências impressas por governos de centro-esquerda na região, se visibiliza uma “preocupação crescente com a ampliação da solidariedade entre os países sul-americanos, o que contribuiu para ampliar [...] e desenvolver uma nova geração de políticas de desenvolvimento com inclusão social [...]”. Há nuances dentro do debate da inclusão social, aqui, destaco que uma delas é a compreensão de que é imprescindível incorporar as temáticas relacionadas a questões de gênero, cuja explicitação e enfrentamento são de alta relevância para a aproximação a uma justiça social e ambiental. Neste escopo, o presente artigo busca analisar como a REAF foi se tornando permeável a questões relacionadas às problemáticas de gênero, entendendo a transversalidade de gênero nas políticas públicas como um aspecto analítico chave, que provoca uma reflexão sobre encontros de diferentes atores sociais e conhecimentos que produzem espaços políticos (McGEE, 2004), com reflexo sobre a produção de conteúdo para políticas públicas (GRINDLE, 1980).

No contexto internacional dos movimentos feministas e de mulheres, especialmente a partir dos anos 1980, toma força o debate sobre a transversalização de gênero. É na IV Conferência Mundial das Mulheres, em Beijing (1995), que finalmente essa estratégia passa a ser designada por *gender mainstreaming*, ou transversalidade de gênero.

Por transversalidade de gênero nas políticas públicas entende-se a ideia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo. Esta transversalidade garantiria uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias

¹ São peculiares as maneiras como se estabelecem relações ambíguas entre representantes de governos e da sociedade civil quando do estabelecimento da REAF, e como, a criação de institucionalidades passa por processos de encontros contingentes de atores sociais, gerando situações e práticas, às vezes, inesperadas. Uma discussão interessante sobre alguns destes processos se encontra na tese de doutorado de Régis Belém (2019, p. 23-52).

² Firmado em 1991 entre os governos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Tratado de Assunção cria o Mercado Comum do Sul, tendo como central a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias (MERCOSUL, 2020).

governamentais e, conseqüentemente, o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres (BANDEIRA, 2005, p. 5).

Impulsionar a política de promoção das mulheres via a transversalidade de gênero, segundo Lourdes Bandeira e Tânia Almeida (2013), significa a incorporação da perspectiva não unicamente em um ministério ou secretaria específica de atuação na área da mulher, a ideia é que seu impacto seja vinculante, assimilado por todas as políticas públicas propostas pelo Estado e desenvolvidas em cada área governamental. No entanto, a introdução da transversalidade de gênero apenas como parte de uma atualização das políticas para mulheres existentes e não como uma ação transformadora que reconhece as questões de gênero como emaranhadas com outras problemáticas da sociedade, como adverte Mary Daly (2005), instaura um desafio para a teoria e para as práticas existentes; qual seja, uma dupla articulação de gênero - como quadro de análise e como um conjunto de técnicas da práxis política.

Metodologicamente, o trabalho se utiliza de bibliografia e de documentos produzidos em diferentes instâncias do Mercosul e da REAF, cujos conteúdos foram identificados pela busca de correspondência com o vocábulo gênero. A busca, todavia, não foi exaustiva no que se refere à totalidade de documentos produzidos nestes dois fóruns, uma vez que a análise foi direcionada à identificação de ocorrências marcadoras da transversalidade de gênero em agendas, ações e propostas produzidas no âmbito da REAF.³ Desta forma, maior atenção foi dada ao trabalho realizado pelo Grupo Temático de Equidade de Gênero (normalmente designado como GT Gênero), destacadamente através do “Programa Regional de Fortalecimento Institucional de Políticas de Igualdade de Gênero na Agricultura Familiar do Mercosul” e do “Estudo Comparativo Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural com Perspectiva de Gênero” (ATER e gênero).

O texto está organizado por uma seção que traz algumas considerações sobre a constituição do campo dos estudos de gênero, de forma a posicionar a perspectiva que orienta o trabalho. Em seguida, resultados de análise dos documentos são apresentados de maneira: a esclarecer os principais aspectos sobre como foi se dando a permeabilidade dos temas de gênero na REAF; a destacar elementos que sobressaem do Programa Regional e que se relacionam com a atuação do GT Gênero; a explicitar as ações marcadoras de transversalidade de gênero na REAF; e a explorar alguns dos resultados do estudo sobre ATER e gênero. As duas últimas seções apresentam a discussão dos resultados, que encaminham as considerações finais, fechando o artigo.

2 CONSTRUINDO PERSPECTIVAS DE GÊNERO

O uso da categoria gênero para designar situações de assimetrias no tratamento de pessoas de sexos diferentes tem raízes nas lutas e teorias feministas. Em parte, surge da crítica ao feminismo da igualdade, na medida em

³ Registro a contribuição dos debates sobre a REAF proporcionados pelo grupo de pesquisadores do Observatório Agriculturas Familiares Latino Americanas, na medida que as experiências compartilhadas estimularam a elaboração deste trabalho (ver, <https://www.observatorioafla.com>).

que um feminismo da diferença toma corpo, especialmente depois da metade do século XX. O feminismo da diferença, como discutido por Emma Siliprandi (2009), começa por valorizar e reconhecer como socialmente importantes as características ditas femininas de forma a reverter o sistema de valorização do masculino imposto pelo patriarcado. Se pode mencionar que correntes essencialistas, nas quais o determinante biológico tem maior peso na identificação da condição feminina, também comungam com a noção de diferença, porém, enviesada para a noção de existe uma mulher universal, que aparece como uma categoria homogênea que se contrapõe ou se constrói em oposição a atributo masculinos estereotipados.

São vários os feminismos da diferença, o posicionamento construtivista, para o qual as características femininas surgem como construções sociais influenciadas pelas relações de poder entre os sexos, talvez seja um dos mais influentes sobre o que viria a ser conhecido por estudos de gênero. Nestes, definitivamente a influência de Joan Scott (1995) foi importante, ao apontar que gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo uma forma primeira de significar relações de poder.

A partir dos anos 1980, como demarca Siliprandi (2009), também o feminismo da diversidade surge e se expande em variadas correntes pós-coloniais e multiculturalistas. Nestas, predominam a denúncia da universalização e homogeneização do ser mulher do feminismo ocidental, para além da opressão de gênero, começaria a entrar no debate diferentes formas de opressão que se entrecruzam, daí, a noção de interseccionalidade (ver, CRENSHAW, 2008). As análises passam a considerar intersecções entre gênero, classe, raça, sexualidade e outras fontes de opressão, considerando as experiências de vida das próprias mulheres nos diversos contextos (ver, HOOK, 2004; MOHANTY, 2008; LUGONES, 2008; SPIVAK, 2010; BAHRI, 2013).

Desde as influências primordiais de Simone de Beauvoir (1949/1980) em “O Segundo Sexo”; e, mais tarde, com as contribuições de Joan Scott (1986/1995) e Judith Butler (1990/2003), o debate acerca da problemática de gênero foi se encaminhando para uma abordagem pós-estruturalista. Esta perspectiva passa a colocar sob suspeição as estruturas socioculturais pré-estabelecidas, vistas como responsáveis por uma ordem natural da sociedade. O enfoque está em questionar o Estado, a classe social, a família, assim como, os papéis e espaços socialmente designados como de homens e de mulheres. Asseverando a crítica aos dualismos, Donna Haraway, na metade dos anos 1980, começaria a entrar no terreno do pós-humanismo (ver, HARAWAY, 2004) que, hoje, também se constitui por diversas vertentes, como as feministas que se aproximam do neomaterialismo,⁴ a exemplo de Rosi Braidotti (2002) e Karen Barad (2007).

Não é o caso, aqui, de aprofundar um debate sobre as diferenças entre as muitas abordagens feministas, tampouco, entre as teorias de gênero, que incluem salutarmente constantes revisões e críticas. O importante é situar que a análise empreendida neste artigo se aproxima de uma vertente pós-estruturalista, na medida em que reconhece a limitação de abordar o masculino e o feminino como

⁴ O foco na *matéria* é visto como crucial para o pensamento feminista em todos os aspectos: estudos da ciência, feminismos ambientais, feminismos corporais, teoria *Queer*, estudos das deficiências físicas, teorias de raça e etnia, justiça ambiental, feminismo pós-marxista, estudos da globalização, estudos culturais, dentre outros (ver, ALAIMO e HEKMAN, 2008; BENAVENTE *et al.*, 2019).

dois polos separados e homogêneos em si mesmos, bem como entende que não é possível problematizar as iniquidades de gênero desde relações essencialistas e universalistas, que invisibilizam especificidades de gênero, de classe, de raça, de etnia, de orientação sexual, de contexto, de linguagem, de práticas sociais, de lugar, de meio ambiente, etc.

Neste sentido, é pertinente, para este trabalho, a crítica de Chantal Mouffe (1999, p. 107-127) à universalidade do tratamento da noção de igualdade. A autora, ao apontar algumas contribuições dos movimentos e teorias feministas para a construção de uma “democracia radical e plural”, reconhece a luta do feminismo liberal por um tratamento igualitário no que tange aos direitos, em outras palavras, por uma cidadania liberal circunscrita por direitos legais iguais para homens e mulheres. No entanto, essa luta não desafia o modelo liberal dominante, na medida em que assume que tal igualdade é balizada por princípios masculinos, na forma de uma ética de justiça e não de uma ética do cuidado, como propugnado por alguns dos movimentos feministas.⁵ Em suma, Mouffe (1999) aponta que o discurso da igualdade não necessariamente instaura um princípio de equivalência democrática, para a qual a diferença não é um problema, ao contrário, ela pode ser chave para uma radicalidade democrática que vislumbre a eliminação das numerosas relações sociais nas quais existem situações de dominação.

Insuficientes respostas dos Estados às reivindicações por igualdade de gênero têm sido determinantes para que movimentos feministas e de mulheres sigam a exigir atenção das esferas jurídicas e administrativas, reivindicando mudanças em aspectos específicos como a remuneração, a segurança social, a educação, a partilha de responsabilidades profissionais e familiares e a paridade nos processos de decisão (FERREIRA, 2000). Essa agenda reflete debates entre diferentes correntes do feminismo contemporâneo e entre diferentes atores envolvidos na discussão, elaboração e implementação de programas e políticas, ressonando também sobre certas institucionalidades, considerando que a inclusão de preocupações de gênero não é automática e livre de tensões. Os espaços para as transformações reclamadas ainda precisam ser negociados, justificados e conquistados.

3 O GT GÊNERO VEIO PARA FICAR

A REAF é um espaço público original e complexo que, de certa forma, corresponde a uma conjunção improvável de atores e interesses, cuja simplicidade e diversidade se expressam em um conjunto de princípios democráticos que acabam por desenhar um fórum político, que tanto abre espaço para discussão no âmbito regional, como para dentro dos países membros (NIEDERLE, 2016). Ao longo dos anos, a REAF e os fóruns a ela relacionados têm permitido o encontro de

⁵ Dentro da vertente liberal do feminismo existe a corrente *maternalista*, que se opõe a uma política liberal masculina do público, e propõe a adoção de uma política feminista do privado, inspirada nas virtudes específicas da família, na qual a maternidade contribui para uma outra moralidade política (MOUFFE, 1999). Esta posição está também relacionada a uma ética do cuidado, todavia, como uma ética feminina, que é substancialmente diferente da posição de uma ética feminista do cuidado. A primeira está baseada em descrever as experiências morais das mulheres, a segunda aciona o cuidado como forma de repudiar a opressão masculina, embora, ambas se oponham à ética da justiça, relacionada ao masculino, à pura razão e aos direitos individuais (ver, ZOBOLI, 2004).

representantes de governos e de organizações da agricultura familiar, criando um ambiente para a aproximação do Estado e da sociedade civil.

Neste processo, Belém (2019, p. 150), ao estudar os casos brasileiro e argentino, reconhece que, após um período de reconstrução social pós-ditaduras e orientados pela perspectiva de uma grande reestruturação econômico-produtiva, sinalizada pela criação do Mercosul, as organizações e movimentos rurais estabeleceram relações de proximidade e diálogo entre si, de modo a fortalecer projetos comuns e de empreender ações dirigidas aos governos nacionais e à articulação regional,⁶ o que, em parte, se expressa na REAF. De certa forma, essas são tendências que fazem parte do que Grisa e Niederle (2013) identificam como ampliação de “fóruns híbridos” que estariam borrando a fronteira entre Estado e sociedade civil na produção de novas políticas públicas, aqui, destacado o caráter transfronteiriço da REAF como espaço político.

Formalmente, a principal instância de discussão da REAF é a Sessão Plenária Regional, que ocorre duas vezes ao ano, em geral, antecedidas por Sessões Nacionais, realizadas nos diferentes países e que orientam a intervenção dos respectivos representantes. Outros fóruns paralelos também acontecem por ocasião das reuniões, e são importantes em termos da elaboração de reivindicações, pautas, agendas e, mesmo documentos a serem debatidos e negociados em diferentes instâncias, estes são os casos das Sessões Plenárias das Organizações Sociais e das Reuniões dos Coordenadores Nacionais, esta última revestida de mais formalidade perante o Mercosul.⁷

Operativamente, há, ainda, outros espaços na REAF, estes são os Grupos Temáticos (GT), formados por representantes escolhidos entre os de governo e os da sociedade civil. São cinco grupos: (i) políticas territoriais, acesso à terra e reforma agrária; (ii) facilitação do comércio; (iii) equidade de gênero; (iv) gestão de riscos e mudança climática; (v) juventude rural; havendo um grupo complementar que trata de sistemas de registros da agricultura familiar.

Os registros mostram que o GT Gênero é um grupo cujo trabalho tem sido bastante regular, sem discontinuidades mais significativas. Com relação a isto, gostaria de mencionar dois aspectos. O primeiro é que a inclusão de uma agenda que contempla as problemáticas de gênero não é um fato isolado ou uma exceção inaugurada na REAF, considerando que há toda uma trajetória de compromissos internacionais dos quais os países do bloco já eram signatários há muitos anos. E o segundo aspecto, que será mais bem explorado na próxima seção do artigo, trata-se da elaboração e execução de três edições do Programa Regional de Fortalecimento Institucional de Políticas de Igualdade de Gênero na Agricultura Familiar do Mercosul, cujos desdobramentos parecem ter reforçado a atuação do GT.

⁶ Uma sinalização deste processo é o surgimento da COPROFAM - Confederação de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul Estendido, formada por nove organizações nacionais de sete países. Além destas, compreende noventa e sete outras afiliadas, incluindo federações e confederações, e quatro mil setecentos e cinquenta organizações de base (sindicatos, associações e outros sindicatos). Dentre os seus objetivos se pode destacar: representar os interesses de suas organizações membros, agricultores familiares, camponeses e indígenas nos países do Mercosul ampliado; e fortalecer a capacidade de intervenção da organização e de seus membros nos processos de diálogo com os governos através da participação (COPROFAM, 2020).

⁷ Para uma descrição mais detalhada do funcionamento das instâncias do Mercosul e da REAF, ver Niederle (2016).

O primeiro aspecto que parece, então, ter contribuído para essa continuidade do GT está relacionado a uma certa naturalidade ou inevitabilidade da inclusão de uma agenda pró gênero na REAF, com sua pronta aceitação junto às instâncias superiores do Mercosul. Todos os países do bloco haviam firmado, anos antes, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas Formas de Discriminação contra as Mulheres,⁸ bem como já tinham acordo frente à Conferência Regional da Mulher na América Latina e Caribe.⁹ Além disto, na estrutura operativa do Mercosul, já existia a Reunião Especializada de Mulheres do Mercosul (REM) e a Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM), que são instâncias anteriores à própria REAF, tendo sido criadas para favorecer os avanços da igualdade de gênero em cada um dos países do bloco, assim como promover a inclusão da perspectiva de gênero na institucionalidade do Mercosul (MERCOSUR, 2020).

É neste contexto que, em 2005, a apresentação de um documento de trabalho (Mercosul/IVREAF/DT nº10/05) gera as primeiras formalizações da REAF para com o GMC com relação à criação de uma instância para tratar do tema gênero. Este material, intitulado “Bases para uma Políticas de Gênero na Agricultura Familiar”, viria a desencadear uma agenda para tratar da equidade de gênero na REAF, passando, inclusive, a contar com espaços formais e institucionalizados. A criação do GT Gênero e sua posterior articulação com a REM e RMAAM são sinalizações desta formalização.

O reconhecimento de que a consolidação e o aprofundamento do processo de integração no Mercosul não poderiam acontecer sem uma democracia de gênero oferece uma sinalização positiva para a ampliação de espaços políticos para os temas relacionados. É assim que, por exemplo, a REAF, em 2008, recomenda¹⁰ ao GMC as seguintes diretrizes: (1) utilizar o conceito de transversalidade de gênero como uma ferramenta de ação para a integração das diferentes políticas para a AF implementadas pelos Estados; (2) promover políticas públicas para a AF universais e inclusivas e, paralelamente, implementar ações afirmativas para as mulheres naqueles aspectos que exijam ações específicas; (3) promover uma especial atenção nas políticas de igualdade para as mulheres indígenas e afro descendentes, e para os aspectos geracionais, de raça e etnia; (4) analisar as normativas e a execução das ações e programas de acesso à terra e reforma agrária dos países sócios de modo a assegurar o direito da mulher à terra; (5) desenvolver políticas públicas para a agricultura familiar especialmente assistência técnica, crédito e acesso a mercados que reconheçam a participação das mulheres na economia e assegurem seu direito aos recursos produtivos, em igualdade de condições, independentemente de sua condição civil, e a partir de suas necessidades específicas; (6) promover a implementação participativa das políticas

⁸ A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas Formas de Discriminação contra as Mulheres (sigla em inglês, CEDAW) é um tratado internacional de direitos para as mulheres adotado, em 1979, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e ratificado, em 1981, por 189 países, dentre eles, todos os membros do Mercosul (ver, ONU, 1981). Foi seguida, posteriormente, pela Conferência Internacional sobre a Mulher em Nairóbi (1985), a Conferência de Beijing (1995) e de Beijing +5 (2000).

⁹ A Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe é um organismo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), convocada com caráter permanente para identificar a situação regional com respeito aos direitos das mulheres, apresentar recomendações e avaliar o cumprimento de acordos regionais e internacionais relativos à igualdade de gênero (ver, CEPAL, 2020).

¹⁰ Mercosul/IX REAF/Recomendação N° 01/08.

públicas que assegurem a igualdade de gênero, de modo a reconhecer as organizações sociais da AF.

Neste breve percurso para visualizar a entrada de aspectos de gênero na REAF, via a criação de um GT, cabe, ainda, mencionar um fato interessante. O GT Gênero, através de um documento de trabalho (Mercosur/VII REAF/DT Nº04/07), de forma incisiva, requisita à REAF a observação e atenção à “transversalidade de gênero, que integra a ação programática da REAF”. O grupo demanda, assim, o cumprimento de representações paritárias entre homens e mulheres e o cuidado constante de observar a não sobreposição dos espaços de funcionamento no momento de organizar as agendas de trabalho. Esta última é claramente uma demanda pela observância do que é considerado uma conquista, qual seja, a realização de reuniões do GT Gênero de forma que não ocorram em paralelo a outras, impedindo seus membros de participar também em outros espaços. Em outras palavras, o GT decididamente se institucionaliza e as questões de gênero entram na pauta da REAF para não mais sair.

4 O PROGRAMA REGIONAL E ALGUNS DESDOBRAMENTOS

Se a criação de um GT Gênero na REAF e aprovação das diretrizes são politicamente desejáveis e socialmente legítimas, não significa que sua operação e continuidade seriam automáticas. Por esta razão, o segundo aspecto que mencionei anteriormente - a criação de um programa regional - parece estar relacionado à manutenção de uma dinâmica virtuosa de trabalho do GT, integrando várias ações nos diferentes países e auxiliando a refletir muitos dos debates do GT.

O documento de trabalho produzido pelo GT Gênero (Mercosur/X REAF/DT Nº 06/08) menciona o início dos trabalhos para a elaboração do primeiro Programa Regional de Gênero¹¹ e sua respectiva apresentação à AECID (Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento), que, mais tarde, em 2009, viria a aportar os recursos necessários para sua implementação no âmbito do Programa de Cooperação Mercosul – AECID previamente existente.

O primeiro Programa Regional,¹² executado entre 2010 e 2014, tinha como objetivo geral: “promover a institucionalização de políticas de desenvolvimento rural com enfoque de gênero nos Ministérios de Agricultura e de Desenvolvimento Agrário por meio do delineamento e implementação de políticas de igualdade na Agricultura Familiar com participação social, fortalecendo a integração regional”. Organizado em quatro componentes, estudos, políticas públicas, capacitação e intercâmbio, o programa integrou ações que resultaram em dados e informações com foco na ATER, no financiamento rural, na comercialização e no acesso à terra. As capacitações desenvolvidas, nos diferentes países, envolveram cerca de duas mil pessoas, com uma estimativa de que, naquelas que foram desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil, 90% das participações foram de mulheres.

¹¹ Fica estabelecido um comitê de gestão para o Programa, integrado por 11 pessoas, dois delegados/as de cada país, um pela sociedade civil e outro pelo governo, além de uma representante da REM.

¹² Linhas gerais do projeto e detalhamentos de resultados do programa constam no documento intitulado “*Evaluación del Programa Regional de Fortalecimiento Institucional de Políticas de Igualdad de Género en la Agricultura Familiar del Mercosur*”, produto do trabalho de Natalia Guidobono, Solana Quesada e Cecilia Rado (equipe da FLACSO Uruguay - Faculdade de Ciências Sociais).

Guidobono et al. (2014, p. 29) assinalam que os atores envolvidos com a execução do programa, sejam ligados às organizações, aos governos ou à gestão do próprio programa, apontaram avanços na inclusão da transversalidade de gênero e no fortalecimento da sociedade civil. Em que pese a generalidade dos avanços indicados, é possível depreender, a partir do relatório e outros documentos,¹³ que o exercício das capacitações e dos intercâmbios entre agricultoras de diferentes países, levados a cabo pelas organizações da AF (que receberam dotação orçamentária para tal) foi um dos mais importantes resultados do programa. Com relação à inclusão da perspectiva de gênero nas políticas públicas, as avaliadoras afirmam que os resultados dos estudos foram muito importantes para indicar caminhos para as políticas, no entanto, destacam a dificuldade em ter indicadores para avaliar a extensão desta contribuição na efetivação de tais políticas.

O enfoque nas políticas públicas parece ter sido justamente o mote para a conformação de um segundo Programa. O principal objetivo deste Programa foi estabelecido para "contribuir para a promoção e fortalecimento das políticas públicas de desenvolvimento rural com uma perspectiva de gênero nos Ministérios da Agricultura e Desenvolvimento Agrário do MERCOSUL e CELAC,¹⁴ com a participação de organizações sociais de mulheres agricultoras familiares e organismos de políticas para mulheres". Este segundo Programa teve financiamento do Brasil e foi realizado de 2015 a 2017, tendo gerado estudos sobre os Registros Nacionais da Agricultura Familiar; estudos, seminário e publicação sobre ATER; seminário sobre estatísticas de gênero; seminário sobre experiências de comercialização (incluídas as compras públicas); e o intercâmbio de experiências sobre autonomia econômica das mulheres rurais.

O terceiro Programa elaborado teve início em 2018, contando com previsão de suportes financeiros diversos¹⁵ (e já sem apoio financeiro do Brasil), com a execução a cargo dos organismos de agricultura familiar que fazem parte da REAF e a gestão delegada à Secretaria Técnica da REAF (para detalhes do projeto, ver REAF, 2018c). Tendo como público-alvo "mulheres rurais jovens e líderes, que fazem parte de organizações de mulheres e organizações mistas de Agricultura Familiar Camponesa e Indígena do Mercosul ampliado", o programa se volta para o "Empoderamento da Mulher Rural em Espaços de Decisão nas Organizações e na Política". Se identifica como eixos principais: a divulgação de informações pelo acionamento de rede de comunicadores e pela realização de campanhas, elaboração de um manual para formação de lideranças e a realização de treinamentos nesta área, com versões presenciais e à distância (com abrangência nacional e regional).

¹³ Cabe mencionar que dados e informações compilados por Sílvia Ziemmermann e Diana Brites-Cohene (2020) inspiram alguns dos argumentos, aqui, desenvolvidos.

¹⁴ Importante sublinhar que, neste segundo Programa, há expansão do alcance em direção à Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos – CELAC, que, na época, contava com 34 Estados membros. Note-se que, em janeiro de 2020, o governo brasileiro anunciou que o Brasil deixou oficialmente a Comunidade.

¹⁵ O projeto menciona o possível suporte de agências como Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Agência Espanhola de Cooperação (AECID), Banco Interamericano de Desenvolvimento, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Conselho Agrícola Centro-Americano (CAC), Organização dos Estados Ibero-Americanos.

O Programa, em sua primeira edição, parece ter estado mais centrado em conhecer a realidade de mulheres rurais da região, o que abriu a possibilidade do segundo Programa, cujo foco era o de orientar-se à construção de mecanismos de políticas públicas propriamente ditas, com ênfase em ATER e com a preocupação de dar visibilidade às mulheres pelo aprimoramento de registros nas estatísticas nacionais. Já, o terceiro Programa, apesar de manter certos pontos de contato com os anteriores mostra mudanças importantes, ao centrar sua proposta no trabalho de ampliação de lideranças e, aparentemente, voltando-se mais diretamente à noção de igualdade de gênero pela ampliação de oportunidades de autonomia econômica para mulheres. Talvez, um dos reflexos desta inflexão do terceiro Programa seja a criação da Plataforma de Mujeres Rurales Emprendedoras, lançada em 2020, em Sessão Regional da REAF,¹⁶ cujo objetivo central é promover intercâmbios que promovam a autonomia econômica das mulheres pelo incentivo ao empreendedorismo e a capacitação técnica. É cedo para analisar os desdobramentos desta iniciativa, mas é perceptível que se trata de uma ferramenta para ampliar a inserção social das mulheres rurais como empreendedoras.

Os destaques com relação aos dois primeiros programas são, por um lado, o reconhecimento da importância de sua execução no fortalecimento das organizações de mulheres da agricultura familiar que participaram. Os programas parecem ter sido fundamentais para a continuidade do GT, todavia, também se encontram menções ao fato de que houve sobreposição das ações do programa com as atribuições do GT. Aparentemente, o programa acabou por ocupar grande parte do funcionamento do GT ao longo do tempo. Também, existem considerações sobre dificuldades de comunicação de resultados e conhecimentos acumulados durante a realização do Programa, o que provocou certo encapsulamento no GT, imprimindo alguma dificuldade em aprofundar ou qualificar o debate sobre as problemáticas com o conjunto dos membros da REAF.

Um olhar retrospectivo mostra uma positiva retroalimentação entre os Programas e o GT. Com a análise das diretrizes estabelecidas e de como os Programas (especialmente os dois primeiros) forneceram elementos relevantes para a condução dos temas de gênero na REAF, é possível perceber que foi havendo, cada vez mais, permeabilidade para as perspectivas de gênero. Por exemplo, as pautas das reuniões foram incorporando assuntos propostos pelo GT Gênero e houve ampliação da participação de mulheres como um todo, inclusive remetendo a uma mudança metodológica no funcionamento da REAF, que pode ser entendida como uma sinalização positiva, ou uma tentativa prática de transversalidade. Justamente, é o aspecto que trata a próxima seção.

5 EXPRESSÕES DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NA REAF

A primeira diretriz recomendada para o debate dos temas de gênero na REAF confirma “o conceito de transversalidade de gênero como uma ferramenta de ação para a integração das diferentes políticas para a AF implementadas pelos Estados”.¹⁷ Embora não esteja expresso com precisão exatamente como o conceito

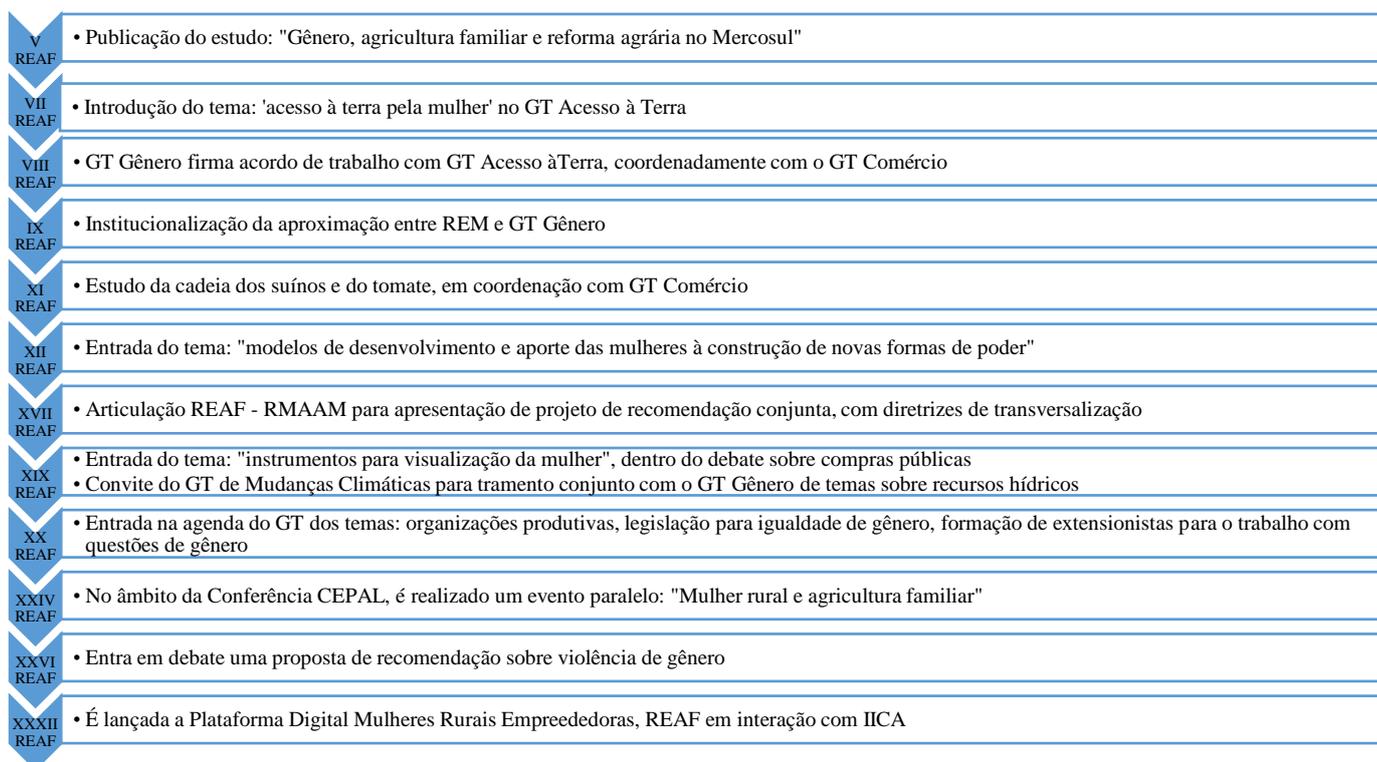
¹⁶ Ver Lanzamineto “Plataforma de Mujeres Rurales Emprendedoras”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uWTK2mHh6kk> Acesso em: 15 setembro, 2020.

¹⁷ Mercosur/IX REAF/Recomendação N° 01/08.

de transversalidade estaria sendo proposto, está claro que o esforço do GT Gênero foi pelo estabelecimento da transversalidade como uma espécie de princípio orientador, tanto para as políticas a serem debatidas e recomendadas aos países do bloco, como para seu próprio funcionamento dentro da REAF.

Para visualizar como o princípio da transversalidade foi empregado ou exercitado na REAF destaque algumas ocorrências marcadoras de transversalidade na atuação do GT Gênero (Figura 1), ressaltando que não se trata de uma linha temporal exaustiva de todas as ações, documentos ou acontecimentos.

Figura 1. Eventos marcadores de transversalidade de gênero a partir de ações relacionadas ao GT Equidade de Gênero no contexto da REAF-Mercosul entre os anos de 2005 e 2020.



Fonte: elaborado pela autora.

Alguns dos eventos destacados se referem ao que estou identificando como esforço de transversalidade no funcionamento do GT, é o caso, por exemplo, da construção de pontos de contato com a REM e a RMAAM, ou com a Conferência da CEPAL. O que se pode interpretar com um movimento no sentido de não isolar o debate das problemáticas de gênero apenas no escopo da agricultura familiar e suas questões específicas. Ou seja, parece ter havido certos momentos de articulação com outros aspectos de caráter mais amplo. Um exemplo disto é o processo que leva à formulação das Diretrizes das Políticas de Igualdade de Gênero, conforme havia recomendado o CMC à RMAAM (Mercosur/CMC/DEC. Nº 14/12).

Na ocasião, entre os anos de 2012 e 2013, a RMAAM coordenava um processo que reúne diferentes instâncias do Mercosul e organizações sociais para avançar na elaboração de uma Política de Igualdade de Gênero do bloco regional. Nesta experiência, participa também o GT Gênero da REAF. Finalmente, ficam

estabelecidos como eixos fundamentais para as políticas de gênero no Mercosul: (1) igualdade de gênero; (2) não discriminação; (3) diversidade; (4) laicidade do Estado; (5) justiça social; (6) vida livre de violência; (7) participação social (REAF, 2018b).

Para citar um desdobramento destes esforços de transversalidade para dentro dos fóruns do Mercosul, se pode mencionar uma oficina realizada sob coordenação da RMAAM com intuito de debater e propor ações relacionando mulheres e igualdade de gênero na área socioprodutiva.¹⁸ Dentre as várias representações, além da REAF, estiveram, por exemplo, a Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos e os Subgrupos de Trabalho para Assuntos Laborais, Emprego e Previdência Social e para Integração Produtiva. Se nota que prevalecem diretrizes na esfera da autonomia econômica e da busca de igualdade na esfera laboral. Também, é perceptível que uma boa parte dos debates e sugestões se referem a um grande esforço de sensibilizar ou influenciar o funcionamento das próprias instâncias internas do Mercosul, denotando a preocupação com a falta de capacitação de representantes de governos, técnicos e fazedores de política para o trabalho com perspectiva de gênero em diferentes áreas. Tais aspectos parecem indicar que, na prática, o exercício da transversalidade de gênero ainda se coloca com um grande desafio.

O relatório de avaliação do primeiro Programa Regional (mencionado na seção anterior) registra que há certos bloqueios relacionados à transversalização de gênero também na REAF. Atores relacionados ao Programa mencionam, por exemplo, que coordenadores e outros atores da REAF deveriam ser capacitados para lidar com as questões de gênero, identificando que há despreparo dos representantes. Há registros de falas como: “isto que vivenciamos no Programa necessita institucionalizar-se e vincular-se mais com os outros grupos”; “o GT tinha agenda própria, ele pensou o Programa e foi exitoso, o GT deveria fazer a transversalização”; “faz falta um click na cabeça de tomadores de decisão da REAF. É necessário deixar de pensar em mulheres rurais para pensar nas relações gênero, senão, [parece que] se resolve agregando mulheres, mas segue tudo igual” (GUIDOBONO et al., 2014, p. 56-57).

As considerações acima, todavia, não invalidam os esforços e avanços no que se refere à transversalidade de gênero nos focos e propostas mais específicos dentro da REAF. Nestes, se destacam o acesso à terra e o comércio e, a partir destes dois eixos, se desdobram outros elementos, como as compras públicas e a extensão rural. Justamente, no tratamento destes focos há uma maior intersecção com outros GTs, como o acesso à terra, o da juventude e o da comercialização. Com relação a estes aspectos nota-se que igualdade de gênero ainda permanece bastante relacionada à inclusão produtiva das mulheres rurais.

Cabe mencionar que os Programas, em grande medida desenvolvidos com participação direta do GT Gênero, mostram aderência à estratégia da transversalidade gênero, uma vez que essa noção é subjacente aos projetos e propostas, aparecendo como um direcionamento importante para pensar e executar certas ações. Também, destacam-se os esforços de potencializar e qualificar a ação do GT pela relação próxima com os Programas. Sobretudo considerando os dois primeiros programas, há registros de que é fundamental

passar a focalizar em instrumentos transversais concretos sobre os temas priorizados: acesso à terra (com ênfase em mudanças na legislação) e assistência técnica e extensão rural. Este último tema mereceu especial atenção na atuação do GT, tendo sido foco de um dos estudos realizados no âmbito dos dois primeiros Programas, assim, a próxima seção vai destacar alguns aspectos do referido estudo que fornecem elementos para a discussão da transversalidade de gênero.

6 TÓPICOS SOBRE ASPECTOS DE GÊNERO NA ATER

O estudo comparativo,¹⁹ inserido nos, já referidos, Programas Regionais, buscou sistematizar informações e aportar conhecimento sobre a lacuna de gênero existente no acesso à assistência técnica e extensão rural, tomando os casos da Argentina, Brasil e Uruguai. Com objetivos que levassem a formular recomendações e sugestões para a construção de políticas públicas e a implementação de uma ATER com enfoque de gênero, o trabalho realizado propôs uma análise que partia de um posicionamento crítico, como expresso no trecho abaixo.

[...] poderemos ver como o forte viés androcêntrico evidenciado na Extensão Rural, pedagogia da modernização agrária por definição, e, em menor medida, na Assistência Técnica, é um produto de ações públicas, tanto estatais, como de organizações civis, por ação direta ou omissão das consequências reais de objetivos supostamente neutros, que construíram o homem, preferentemente branco e com produção orientada à agro exportação como sujeito agrário protagonista e o eixo de onde se projetaram as políticas de ER na última décadas na região (FERRO, 2014, p. 22, tradução minha).

O estudo também problematizou a perspectiva de gênero na ATER, com a preocupação de não a reduzir à agregação das mulheres a políticas de ATER previamente definidas. Assim, o trabalho se assenta na noção de que perspectiva de gênero em políticas de ATER deveriam atender, além da equidade de gênero, também a étnica e a geracional, bem como ter em conta a sustentabilidade ambiental e a soberania alimentar, tentando incorporar essas e outras reivindicações provenientes dos movimentos sociais (FERRO, 2014). Esses elementos expressos no estudo entregam a conotação de transversalidade que gostaria de sublinhar, fica bastante claro que uma política de ATER que diminua a lacuna de gênero não poder operar isoladamente, há todo um complexo emaranhado de elementos que se referem ao meio ambiente, à agricultura, à inovação e à tecnologia, mas também à violência, à saúde, ao trabalho, dentre vários outros.

Por outro lado, o estudo também mostra que há uma inércia androcêntrica nas instituições que, desde os 1950, vêm enfocando o trabalho na família rural, com os homens considerados seu porta voz (FERRO, 2014). O relatório, por exemplo, menciona que segue sendo comum o uso de certas linguagens como o produtor e sua família, ou ainda, o técnico para designar aqueles profissionais que

¹⁹ Informações completas constam no “*Estudio Comparativo Regional de Asistencia Técnica y Extensión Rural con Perspectiva de Género*”, realizado por Silvia Lilian Ferro (2014). Disponível em: <http://www.reafmercosul.org/biblioteca-reaf> Acesso em: 18 abril, 2020.

trabalham com a área produtiva, e a extensionista para quem trabalha com a área dita social. Persiste, também, predominância de estabelecer processos de capacitação para os agricultores abrangendo especializações produtivas e tecnológicas, com baixa participação das mulheres. Entretanto, quando se trata de ações e programas voltados à segurança alimentar das famílias ou melhorias em atividades consideradas domésticas o público é quase exclusivamente feminino.

O paradigma da Extensão Rural, até nossos dias, visibiliza a família como um locus de interesses indiferenciados [...] a família para a Extensão Rural não é qualquer tipo de família - que podemos visualizar nos meios rurais de nossos países, onde também existem e são significativos os lares rurais comandados por mulheres e outros formatos familiares não nucleares -, senão a família do tipo patriarcal nuclear tradicional e representada pelo pai-esposo que incorpora na sua pessoa a expressão, ante o espaço extra doméstico, dos interesses e necessidades de todo o grupo familiar, entre elas, as expectativas e demandas de capacitação e assistência técnica (FERRO, 2014, p. 48-49, tradução minha)

Isto tem reflexo, também nas ações que se referem ao combate à pobreza, que seguem sendo direcionadas preponderantemente às mulheres. A título de exemplo, o estudo traz alguns dados do Programa ProHuerta, direcionado para a produção de alimentos para autoconsumo em zonas pobres na Argentina, do total de público, participaram 78% de mulheres. Já, no Programa Cambio Rural, voltado à melhoria de produtividade e comercialização agrícola, foram apenas 13% as produtoras que participaram.²⁰

O estudo mostra muitas iniciativas transformadoras, mudanças normativas importantes e inovações em políticas públicas de ATER. Ou seja, há esforços significativos que ocorreram desde os anos 1990, quando nos três países estudados, a Extensão Rural começou a ser seriamente questionada quanto à sua tendência difusionista modernizadora. De maneira geral, o relatório aponta que, no Uruguai e Argentina, a incorporação de preocupações de gênero em tais políticas se deu mais por transversalização. Um exemplo pode ser a realização das chamadas Mesas de Desenvolvimento Rural, no Uruguai, que começaram em 2007 e impulsionaram debates descentralizados e participativos com relação a políticas, dentre elas ações relacionadas a ATER e, eventualmente, transpassadas também por questões de gênero.

No Brasil, parece ter sido um pouco diferente, na medida em que houve a criação de áreas e espaços mais específicos para englobar ações voltadas às mulheres, por exemplo, se incorpora a “equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia” (Artigo 3, inciso V) como princípio orientador da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER)²¹ e, durante a existência do Ministério do Desenvolvimento Agrário (atualmente extinto), houve o funcionamento de uma diretoria específica de Políticas para as Mulheres Rurais.

O trabalho chama a atenção para o fato de que a orientação dos sistemas nacionais de ATER, nos três países estudados, foram direcionados para a

²⁰ Ambos os programas desenvolvidos pelo INTA (*Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuaria*) na Argentina.

²¹ Lei Nº 12.188 de janeiro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm Acesso em: 09 setembro, 2020.

agricultura familiar como parte de um processo político instaurado por governos de cunho progressista. Outro aspecto que figura entre os resultados é que parece ter havido uma gradual incorporação do enfoque de gênero (ou, pelo menos, o contato com a conceitualização) em diferentes organizações atuantes no “agro”, isto é, sindicatos rurais, muitas organizações não governamentais, cooperativas e movimentos sociais, inclusive, várias que representam povos originários, população afrodescendente e o “campesinato crioulo” (nos termos usados na publicação). O estudo menciona que parte desta mudança reflete na REAF, porque a contribuição das organizações é sentida, na escala regional, pela participação e crescente influência dos movimentos sociais agrários neste fórum (FERRO, 2014, p. 92-93).

Parte dessa influência é reputada a um processo que o estudo identifica como crescente “alfabetização de gênero”, identificável em organizações que de alguma maneira trabalham com assistência técnica. É exemplo deste processo a ampliação da formação de quadros profissionais de ONGs a nível de graduação ou pós-graduação, na qual o enfoque de gênero é trabalhado em temas associados ao desenvolvimento rural. Outra constatação é que tem havido muitas iniciativas de capacitações com perspectiva de gênero direcionadas a agricultoras, lideranças comunitárias ou profissionais que atuam no mundo rural. Por parte de organismos financiadores internacionais, também, se tornou frequente a exigência da inclusão de componentes de gênero na planificação de intervenções, além da instauração de leis e normas que estabelecem cotas mínimas de participação de mulheres em projetos, programas e instâncias de decisão. Isto influenciou movimentos agrários e sindicatos rurais, cujos quadros de dirigentes têm sido majoritariamente masculinos, a incluírem demandas de equidade de gênero em suas agendas reivindicatórias.

No entanto, as informações coletadas e analisadas pelo estudo (aqui bastante sumarizadas), apontam continuidades significativas no setor de ATER no que se refere à contribuição para a manutenção da divisão sexual do trabalho, ou seja, trabalho produtivo masculino e trabalho reprodutivo feminino. Finalmente, o estudo aponta para uma tendência de institucionalização do conceito e da perspectiva de gênero no que tange à programas e projetos agrários desenvolvido para ou por mulheres. Isto, por um lado, parece ampliar possibilidades de visibilização de recorrentes desigualdades das mulheres agricultoras e das profissionais no campo da ATER. Mas, por outro, conforme o próprio trabalho indica (FERRO, 2014, p. 94), a institucionalização não é suficiente, para avançar é necessário considerar que são muito diferentes os níveis de organização para tratar com questões relativas à gênero, uma vez que incidem territorialidades e as diferentes genealogias de lutas agrárias de cada território.

7 DISCUSSÃO

O Mercosul, sem abandonar o componente econômico, segundo Niederle (2016) e Grisa e Niederle (2019), adiciona a suas preocupações a construção de um projeto regional que inclui a consolidação da democracia, a retomada do papel dos Estados e o diálogo com a sociedade civil. Ainda que essa seja uma “transição incompleta” entre a lógica dos acordos comerciais de caráter liberalizantes e um novo tipo de compromisso político (NIEDERLE, 2016), é, neste contexto, que a REAF se firma como uma “arena pública” constituída por um “público” que, embora

heterogêneo e diverso, é identificado por agricultura familiar (ZIEMMERMANN, 2018).

Como demonstrado, o GT Gênero, dentro do esquema operativo da REAF, corresponde ao espaço que deu vazão para as demandas e debates das problemáticas de gênero, muitas vezes, expressas mais especificamente como das mulheres rurais. Em seus estudos sobre políticas públicas de alívio à pobreza, Rosemary McGee (2004) diferencia espaço político (political space) de espaço da política (policy space). O primeiro é constituído por canais institucionalizados, onde o debate que vai conduzir as agendas e os processos de elaboração das políticas é influenciado por atores que “falam em nome de”, sendo assim, é mais discreto no que tange à possibilidade de interação com um conjunto maior de atores, na medida em que está circunscrito a um dado contexto político e social, e sujeito aos interesses das organizações que conseguem se fazer representar, assim como das correlações de forças internas a elas. O espaço da política é composto por múltiplos eventos ou fatos distribuídos no tempo e/ou no espaço e que contribuem para o desenvolvimento de agendas para uma política ou programa. Neste, há uma maior chance da participação direta dos atores sociais envolvidos. Uma indagação que se poderia vir a explorar é se o espaço da política tem maior potencialidade de correlacionar-se com processos territorializados de mudança social. De qualquer forma, em ambos os espaços existem potenciais dinâmicas ligadas à produção de conhecimento.

Operando mais como um espaço político do que como um espaço da política, é observável que o GT Gênero avança significativamente em estabelecer uma agenda política com perspectiva de gênero para a REAF, e mais que isto, também cria oportunidades para a transversalização de gênero para dentro dela mesma. No entanto, sem desconsiderar avanços importantes na visibilização de problemas de gênero na agricultura familiar, é necessário apontar que há certos limites impostos pela natureza mesma de um espaço como este. Existe uma distância grande entre recomendar diretrizes aos países em como conduzir uma transversalidade de gênero nas políticas domésticas e efetivamente acompanhar sua implementação. Em geral, o acompanhamento ocorre pela avaliação de impactos após implementações de ações diversas, o que deixa pouca margem para retroalimentações durante os processos. Obviamente, que um fórum transnacional como o GT Gênero dentro da REAF surge para influenciar a formulação de políticas nacionais, e não tem a função de implementá-las. Mas, cumpre chamar a atenção que, ao longo dos últimos 15 anos, mesmo com certo ambiente progressista em alguns países do bloco, a agenda pouco muda. Ou seja, alguns dos problemas mais agudos seguem sendo praticamente os mesmos, as barreiras impostas às mulheres para acessar a terra é um dos exemplos marcantes. Temas como a violência de gênero ou contra a mulher aparecem eventualmente na agenda sem, contudo, desdobrar-se em ações específicas identificáveis, permanece muito mais como um slogan obrigatório no conjunto geral de prioridades, que tendem a manter em maior evidência a pauta da inclusão produtiva das mulheres rurais.

No mesmo sentido, a análise dos resultados do estudo sobre ATER e gênero, embora mostre uma série de avanços, também chama a atenção para dificuldades em superar certas dinâmicas que persistem desde os anos 1970, quando o suposto predominante era de que a contribuição das mulheres ao desenvolvimento se restringia ao âmbito doméstico, cabendo a elas o papel da reprodução (inclusive

social, em termos da manutenção da unidade familiar) (BOSERUP, 1970). Ramos (2019) aponta, como parte da análise do estado das políticas para a agricultura familiar, camponesa e indígena (AFCI) no contexto do Mercosul, que:

apesar dos avanços destes últimos quinze anos, as mulheres rurais são um coletivo ainda invisível quanto ao acesso aos recursos naturais e às políticas públicas diferenciadas, pelo que, geralmente, constituem a menor parte dos beneficiários, inclusive, quando são elas que de fato se encarregam do processo produtivo e da comercialização dos produtos da APCI. Também, se atribui a elas o protagonismo na reprodução de saberes e conhecimentos tradicionais, especialmente aqueles relacionados a formas de produção agroecológica e preservação ambiental. É fundamental que a participação das mulheres seja ampliada em todos os âmbitos: desde sua participação nas decisões políticas dentro das organizações, inclusão produtiva com assistência técnica, acesso ao crédito, apoio logístico e acesso efetivo aos mercados existentes. A integralidade de políticas diferenciadas deve contemplar a autonomia econômica das mulheres relacionada a mecanismos de erradicação e combate à violência contra a mulher (RAMOS, 2019, p.103)

Estas constatações gerais sugerem seguir questionando aspectos como a necessidade de superar, no desenvolvimento de políticas apropriadas, a enorme lacuna entre a retórica e a realidade, e a variação entre diferentes setores (MacPHERSON, 1982). Neste sentido, Merilee Grindle (1980) chamava a atenção para a necessidade de uma “política da implementação da política”, no sentido de superar a diferença entre conteúdo das políticas e o contexto de sua implementação. Na mesma direção, McGee (2004) sugere que o processo da política (policy process) é constituído pelas dinâmicas de poder e pelos relacionamentos entre os diferentes atores sociais. Desde uma posição crítica, a autora considera que tratar a implementação das políticas como uma questão técnica para a solução racional de um problema é uma “ficção”. Sua sugestão é por um aprofundamento na compreensão processual das políticas, levando muito mais em consideração as realidades políticas e sociais situadas (on the ground), onde interagem atores, conhecimentos e espaços da política.

Interessante, aqui, recuperar um dos elementos que se desprende de ações relativas ao primeiro Programa Regional. Um dos pontos altos da realização do projeto são os intercâmbios de experiências entre mulheres agricultoras dos distintos países e representantes de distintas organizações (estatais ou não), que ocorreram pela realização de visitas a iniciativas de organização social e produtiva em diferentes lugares. Também, a organização de capacitações, muitas conduzidas pelas próprias organizações de mulheres em várias localidades, tiveram um efeito multiplicador significativo. Os registros permitem avaliar que a estratégia foi bastante bem sucedida, com desdobramentos importantes para fortalecer a ação das organizações e para aumentar o protagonismo das mulheres tanto na REAF, como em suas localidades, consideradas as singularidades envolvidas em cada situação. A experiência que o GT Gênero foi capaz de gerar mostra uma pista importante para refletir sobre como avançar metodologicamente no processo das políticas, para além das arenas de debate do conteúdo das políticas.

Não é algo banal superar a prevalência da disputa discursiva em torno das políticas ou da influência sobre elas, é necessário ter sempre presente que os

atores que conseguem fazer-se representar trazem para o processo político suas agendas e interesses. Este processo, claramente, não é estático, é importante considerar que as práticas da participação na REAF ou no GT Gênero alteram agendas, interesses e narrativas, gerando conhecimentos e tornando-os parte do processo político.²² Em alguns casos, uma série de agendas e interesses pode se entrelaçar e interagir para produzir uma única, coerente e convincente linha de ideias e iniciativas que, ao menos, tentam partir de baixo para cima. O problema, aqui, é que a produção do discurso da igualdade de gênero muitas vezes, parece fragmentado, situado fora do domínio do conhecimento experiencial, desconectado da experiência real na medida que passa a operar como categoria abstrata e genérica.

A análise dos registros e documentos permite identificar que, por vezes, os discursos produzidos parecem endossar que a resolução dos problemas está no preenchimento de lacunas de conhecimento, se sucedem, por exemplo, as demandas por estudos e diagnósticos. Não se trata, tampouco, de desmerecer a produção de dados e estatísticas, porém, especificamente falando da lacuna de gênero, é preciso considerar que este espaço não está vazio, está povoado com uma série de valores e concepções que, na prática, criam barreira para transformações mais profundas (i.e., papéis rotulados como de homens e de mulheres; o conservadorismo institucional; a desconsideração de expressões de diversidades sexuais; etc.). É, aqui, que uma proposta de “democracia radical e plural” (MOUFFE, 1999), desafia abrir o conceito de igualdade de forma a não obscurecer as multiplicidades das expressões da vida das pessoas, lugares onde ela se desenrola.

Grindle (1980) indica que, na medida em ações públicas objetivam introduzir mudanças em relações sociais, políticas e econômicas, elas inevitavelmente estimulam considerável oposição daqueles que têm seus interesses ameaçados por elas (por exemplo, reações violentas contra reformas agrárias). A autora aponta para uma distinção quando uma política estimula benefícios coletivos, em geral, são aquelas que surgem de demandas específicas, mas que aparentemente podem gerar o bem comum (common goods). Ou seja, se supõe que ao responder a questões consensuadas socialmente, não gerarão grandes tensões ou disputas. Talvez, a equidade nas relações de gênero seja destas questões que figura como um bem comum, porém, na prática, segue sendo um tema tenso e uma querela (por vezes, dolorosa) em aberto na sociedade como um todo.

De modo geral, a busca por articular as políticas públicas com a perspectiva de gênero é razoavelmente recente, o que denuncia, de certa forma, o fato de que as mulheres não estavam presentes na política – nem na tomada de decisões – e que tais políticas foram, por muito tempo, desenhadas e aplicadas por uma elite política (homens brancos, heteronormativos, com alto grau educacional, concentração de renda e inserção social). As vozes e as experiências originadas fora da esfera hegemônica não eram consideradas legítimas, uma vez que o Estado não as qualificava em seu horizonte de atuação (BANDEIRA e ALMEIDA, 2013, p. 36).

²² Quando os atores entram em contato uns com outros, se encontram conhecimentos, gerando “batalhas” por quem consegue envolver os outros em seu próprio projeto (ver, LONG, 1992, p. 16-43). O terreno do conhecimento, então, se transforma, nos processos da política, em um instrumento de poder, de certa forma, em uma ferramenta política (McGEE, 2004).

Diante disto, é necessário reconhecer os importantes avanços que o GT Gênero logrou alcançar nos debates, recomendações e ações por dentro da REAF e em desdobramentos com agentes dentro dos Estados e nas organizações da sociedade civil. Parte deste processo passa pela expectativa de que a proposta da transversalidade consiga adentrar em domínios políticos que prejudicam a equidade de gênero, influenciando o desenvolvimento de políticas e a articulação de objetivos, de modo que contribuam com transformações fundamentais que impeçam a reprodução contínua da desigualdade de gênero. Sem dúvida, esta é uma meta de amplas repercussões, portanto, não menos problemática.

A intensificação da transversalidade, como um instrumento estratégico de gestão para qualificar as políticas na perspectiva da igualdade, sugere a necessidade de um trabalho intersetorial continuado e de algum tipo de coordenação intragovernamental, é o que destaca o trabalho de Fernanda Papa (2012), ao analisar o papel da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres no Brasil (SPM). O estudo se refere às políticas para mulheres que, a partir de 2004, foram orientadas por prioridades aprovadas nos processos participativos de conferências nacionais, organizadas no que se chamou de Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.²³ Em que pese, o grande avanço democrático que estas práticas significam e os esforços realizados através da SPM, a pesquisa revelou que é muito difícil articular simultaneamente a perspectiva de gênero em todas as políticas sociais do governo federal, dificuldade ainda maior se consideradas as áreas econômicas e de infraestrutura (PAPA, 2012, p. 178).

Bettina Bock (2015), analisando a aplicação da transversalidade de gênero em políticas na União Europeia, indica que poucos resultados concretos puderam ser vistos nos países e nas organizações. A opinião da autora é de que os resultados estão muito aquém do esperado, e as explicações podem ser várias. Uma delas se refere ao conservadorismo das instituições da União Europeia, assim como em regimes nacionais, nos quais prevalecem valores que apoiam os papéis tradicionais de gênero. O trabalho também sublinha que alguns pesquisadores consideram o mandato da transversalidade vago, com incentivos e instrumentos muito brandos, o que leva a uma subordinação de preocupações gênero a outros objetivos, em parte, porque a ênfase está muito enfocada na prescrição de ações, com pouca ou nenhuma atenção à forma como a desigualdade é reproduzida nos processos institucionais.

O trabalho de Sally Shortall (2015) é ainda mais enfático ao demonstrar que o sucesso da agricultura na União Europeia (Política Agrícola Comum) depende das desigualdades de gênero, uma vez que está acoplada ao trabalho não remunerado das mulheres e à pluriatividade, ou seja, depende dos salários que as mulheres ganham em empregos fora das propriedades rurais. Além, disso, a autora sustenta que se mantém, em toda Europa, desigualdades de gênero inerentes à propriedade da terra devido à manutenção de sistemas tradicionais de herança.

Não se trata de comparar a realidade do Mercosul com a da União Europeia, no entanto, há aspectos interessantes a considerar no que se refere às tensões em comum ao redor do aparente consenso sobre a transversalidade de gênero nas políticas relacionadas ao desenvolvimento rural, ou mesmo, à agricultura familiar. Do ponto de vista mais geral sobre o desenvolvimento das políticas, é necessário a

ter presente que gênero, como categoria a ser transversalizada, corre risco de emergir ocasionalmente, dependendo do critério pessoal daqueles que desenham ações governamentais e sendo banalizado como simples artifício para gerar a falsa impressão de que está sendo tratado em sua plenitude (BANDEIRA e ALMEIDA, 2013, p. 45)

As evidências obtidas, neste trabalho, apontam na direção de que tem sido central a promoção de políticas para a autonomia econômica das mulheres como uma das estratégias prioritárias, junto com ações de capacitação de mulheres para atuar e interagir com as políticas públicas, melhorando capacidades de participação e mobilização. Butto (2011) registra que, para ampliar a agenda em prol dos direitos das mulheres rurais, várias iniciativas do governo brasileiro (ela se refere ao período de 2004 a 2010) foram orientadas a uma ação integrada entre os países da região, através da participação e apoio à REAF, com destaque para os temas do crédito especial para as mulheres, o acesso à terra através dos programas de reforma agrária e acesso à documentação civil e trabalhista.

Uma agenda mais contemporânea na REAF parece apontar para a continuidade do foco na autonomia econômica, como mostra a recente plataforma Mulheres Rurais Empreendedoras, cuja proposta é fornecer uma ferramenta virtual para facilitar a entrada das mulheres no mundo dos negócios. O que, em princípio, corresponde a demandas das organizações de mulheres, e pode oferecer várias facilidades e potencialidades. O ponto que fica em aberto, e que vai merecer maior reflexão e debate, é que a categoria mulher rural pode acabar gerando invisibilidades importantes e mesmo exclusões de determinados grupos, até mesmo considerando que o acesso à internet ainda não é totalmente disponível em muitas localidades rurais. Outro risco que pode corresponder a certo retrocesso, é uma aparente volta aos discursos de apoio a aparatos desenvolvimentistas, que têm como objetivo incorporar as mulheres ao mercado pelo uso de instrumentos de apoio individual. É fundamental considerar experiências anteriores e uma vasta produção científica que mostra que projetos de inclusão no mercado, sem um trabalho de apoio em outras esferas da vida das mulheres, têm como resultado, na maior parte das vezes, em uma excessiva carga de trabalho para elas. Considerando que tais projetos partem da noção de que o tempo das mulheres é “infinitamente elástico”, já que os programas desconsideram que, além do trabalho produtivo, o reprodutivo segue sendo cumprido por elas (sozinhas) no âmbito doméstico (PAULILO, 2004).

É necessário assumir que há uma relação mal resolvida entre autonomia econômica das mulheres e equidade de gênero. Este é um debate vivo e nada fácil nos estudos do rural e do desenvolvimento, na América Latina e em outros lugares,²⁴ considerando que se mantém uma centralidade na noção mulher-família, reafirmando uma visão essencialista de que a reprodução e a sexualidade causam a diferença de gênero. Cabe às ciências sociais aplicadas aos estudos do rural e do desenvolvimento abrir espaço para as expressões localizadas da diversidade e da multiplicidade de opressões, mas especialmente, das potencialidades das agências e existências nos territórios. Particularmente, ao abordar questões que mesclam gênero e ruralidade, adotando uma posição feminista pós-estruturalista, abre-se toda uma potencialidade de incorporar a

²⁴ Ver, Bock e Shortall (2006); e Bryant e Pini (2011).

noção de interseccionalidade como uma forma de conceitualizar e dar voz à heterogeneidade das vidas de das pessoas (e outros seres).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de perspectivas de gênero ao debate e às recomendações para a elaboração de políticas que se referem à agricultura familiar é identificada neste trabalho, aparecendo bem documentada no conjunto de materiais produzidos pela REAF ao longo dos anos. Os registros analisados permitem identificar a ampliação da permeabilidade da REAF para as temáticas e questões de gênero, com ênfase no propósito de influenciar transversalmente políticas públicas nos diferentes países. O GT Gênero se consolida como o espaço político de onde se desprendem uma série de ações, que busca influenciar tanto as diretrizes do Mercosul e da REAF, como as agendas nacionais, incorporando as preocupações com as relações de gênero de forma consistente.

Como um espaço político, conformado por representações de governos e de organizações da agricultura familiar, o GT Gênero avança nas propostas de conteúdos para diferentes políticas públicas, em especial, aquelas que se referem a mulheres agricultoras nos diferentes países. Há registros que sugerem impactos positivos sobre políticas públicas específicas, seja na ampliação de direitos, ou no acesso a melhorias produtivas. Cumpre destacar que a consideração das diversidades nas relações de gênero, nas localidades dos diferentes países, precisam ser consideradas em suas singularidades. Isto é o que a experiência que Programa Regional, em seu componente de capacitações e intercâmbios, parece mostrar como um caminho interessante para buscar maneiras de incentivar a ampliação de espaços das políticas, nos quais vitalidades territoriais possam expressar-se mais diretamente.

A discussão sobre a transversalidade (mainstreaming) da perspectiva de gênero como estratégia de transformação de políticas públicas aponta para conflitos importantes entre os objetivos de igualdade de gênero e os objetivos econômicos, quando considerados contextos rurais e agrícolas. Esta, talvez, seja uma relação ambivalente que merece maior debate, mediante um aprofundamento teórico e de desenvolvimentos metodológicos que admitam o rompimento com algumas categorias genéricas, tais como mulher rural e mesmo igualdade, dentre outras. Ou seja, não se trata apenas de avaliar a eficácia de políticas públicas voltadas para a redução das assimetrias de gênero pela melhoria da autonomia econômica (ainda que este seja um aspecto sumamente importante), há de se reconhecer que falar da equidade de gênero no amplo campo da agricultura familiar é, no mínimo, problematizar o universo restrito do não reconhecimento das alteridades entre as próprias mulheres; a falta de emancipação das mulheres frente à aparente necessidade da manutenção da unidade familiar como unidade econômica; e as desigualdades que se mantêm nas relações de trabalho. Neste sentido, propor análises desde uma perspectiva de gênero se torna um exercício que se afasta do desenvolvimento de ferramentas puramente tecnocráticas, movendo-se para um espaço onde intervenções se tornam altamente políticas e politizadas.

The REAF's permeability to gender perspective: spaces for thinking transversality and equality

ABSTRACT

This article examines how the REAF (Specialized Meeting on Family Agriculture of Southern Common Market - Mercosur) has become permeable to gender issues, generating the possibility of creating political space through a Working Group on Gender. The paper starts from a critical perspective on gender essentialisms, and understand gender mainstreaming in public policies, as key analytical aspects, the reflects on encounters between different social actors and diverse forms of knowledge, which can influence the content of certain policies. The results show important advances in the visualisation of gender relationships problems situated at the intersection with family farming issues. At same time, the paper points important limitations as regarding policy implementation of gender mainstreaming. This suggests an unresolved issue, concerning the relationship between economic autonomy and gender equity. Finally, the analysis challenges us to continue addressing issues at the crossroad of gender and rurality, and focusing on localized situations, which can contributes to visualise diversities of oppression but also, the social and political potentialities for changes on gender relations.

KEY WORDS: women; feminism; public policy; family farming; development.

REFERÊNCIAS

ALAIMO, S.; HEKMAN, S. (eds) *Material Feminisms*. Bloomington: Indiana University Press, 2008.

BAHRI, D. Feminismo e/no pós-colonialismo. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 2, p. 659-688, 2013.

BANDEIRA, L.M. Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Brasília: Secretaria de Políticas para Mulheres, 2005.

BANDEIRA, L.M.; ALMEIDA, T.M.C. de. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. *Revista do Ceam*, v. 2, n. 1, p. 35-46, 2013.

BARAD, K. *Meeting the Universe Halfway: Quantum Physics and the Entanglement of Matter and Meaning*. Durham and London: Duke University Press, 2007.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1949] 1980.

BELÉM, R. C. A construção da categoria agricultura familiar no Mercosul: um estudo a partir dos casos do Brasil e da Argentina. 2019. (Tese de Doutorado) Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

BENAVENTE, B. R.; ROGOWSKA-STANGRET, M.; ERNST, W. *Feminist New Materialisms. Activating Ethico-Politics Through Genealogies in Social Sciences*. Basel: MDPI, 2019.

BOCK, B. Gender mainstreaming and rural development policy: the trivialisation of rural gender issues. *Gender, Place & Culture*, v. 22, n.5, p.731-745

BOCK, B; SHORTALL, S. *Rural Gender Relations: Issues and case studies*. Oxfordshire: CABI Publishing, 2006.

BOSERUP, E. *Women's Role in Economic Development*. United Kingdom: Earthscan, 1970.

BRAIDOTTI, R. *Metamorphoses: Towards a Materialist Theory of Becoming*. Cambridge and Malden: Polity Press, 2002.

BRYANT, L.; PINI, B. *Gender and rurality*. London: Routledge, 2011. (International Studies of Women and Place)

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1990] 2003.

BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. P. 11-36

CEPAL. Antecedentes. Disponível em: <https://conferenciamujer.cepal.org/14/es/antecedentes> Acesso em: 25 agosto, 2020.

COPROFAM. Quem somos? Disponível em: <http://coprofam.org/quienes-somos/#> Acesso em: 15 setembro, 2020.

CRENSHAW, K. W. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence against Women of Color. In: BAILEY, A.; CUOMO, C. (eds.) *The Feminist Philosophy Reader*. New York: McGraw-Hill, 2008. p. 279–309.

DALY, M. Gender Mainstreaming in Theory and Practice. *Social Politics*, v.12, n.3, 2005, p. 433-450.

FAO. REAF (Reunión Especializada en Agricultura Familiar) Mercosur: Una década de coproducción de políticas públicas entre el Estado y la sociedad civil. Porto Alegre: FAO, 2016.

FERRO, S. L. Estudio Comparativo Regional de Asistencia Técnica y Extensión Rural con Perspectiva de Género. Programa Regional de Género de la Reunión Especializada de la Agricultura Familiar del MERCOSUR. Montevideo: REAF, 2014.

GRISA, C.; NIEDERLE, P. A. Ideias e valores: a análise da ação pública a partir das interfaces entre a abordagem cognitiva e a economia das convenções. *Política & Sociedade*, v. 12, p. 97-136, 2013.

GRISA, C.; NIEDERLE, P. A. Transferência, Convergência e Tradução de Políticas Públicas: A Experiência da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul. DADOS, v.62, n. 2: e20160099, 2019.

GUIDOBONO, N.; QUESADA, S.; RADO, C. Evaluación del Programa Regional de Fortalecimiento Institucional de Políticas de Igualdad de Género en la Agricultura Familiar del Mercosur (Programa Regional). Montevideo: FLACSO Uruguay, 2014. (Documento Final)

HARAWAY, D. A Cyborg Manifesto: Science, Technology and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century. In: Bell, D.; KENNEDY, B.M. (eds), The Cybercultures Reader, London: Routledge, 2000. p. 291–324.

HARAWAY, D. The Haraway Reader. London: Routledge, 2004.

HOOK, B. Mujeres negras. Dar forma a la teoría feminista. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

LONG, N. From paradigm lost to paradigm regained? The case for an actor-oriented sociology of development. In: LONG, N.; LONG, A. Battlefields of Knowledge. London: Routledge, 1992. p. 16-46

LUGONES, M. Colonialidad y Género. Tabula Rasa, n. 9, p. 73-101, 2008.

MERCOSUL. Quem somos. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/em-poucas-palavras> Acesso em: 18 de abril, 2020.

MOHANTY, C. T. Bajo los ojos de occidente. Academia Feminista y discurso colonial. Tradução María Vinós. In: SUÁREZ, L.; HERNÁNDEZ, A. Descolonizando el feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes. Madrid: Cátedra, 2008.

MOUFFE, C. El retorno de lo político. Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical. Tradução de Marco Aurelio Galmarini. Barcelona: Paidós, 1999.

NIEDERLE, P. A. A construção da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul: sociogênese de uma plataforma de diálogos entre governos e movimentos sociais. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 569-603, 2016.

ONU. Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer. 1981. Disponível em:

<https://www.ohchr.org/sp/professionalinterest/pages/cedaw.aspx> Acesso em: 25 agosto, 2020.

PAPA, F. C. Transversalidade e políticas públicas para mulheres no Brasil: percursos de uma pré-política. 2012. 198 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Revista Estudos Feministas, v.12, n.1, p.229-252, 2004.

RAMOS, A. Estado de las Políticas Diferenciadas para la Agricultura Familiar Campesina e Indígena en Siete Países de América Latina. Confederación de Organizaciones de Productores Familiares del Mercosur Ampliado (COPROFAM): Montevideo, 2019. (Compilación y Análisis, Situación Regional)

REAF. Del diálogo político y las normas a la agenda operativa de políticas públicas para la agricultura familiar en el MERCOSUR ampliado. 2018a. Disponível em: <http://www.reafmercosul.org> Acesso em: 18 abril, 2020.

REAF. Documento Técnico. Comisión de Equidad de Género en el Medio Rural. Montevideo: REAF, 2018b. Disponível em: <http://www.reafmercosul.org/biblioteca-reafe> Acesso em: 18 abril, 2020.

REAF. Proyecto Igualdad de Género. Montevideo: REAF, 2018c. Disponível em: <http://www.reafmercosul.org/biblioteca-reafe> Acesso em: 18 abril, 2020.

REAF. Sobre. Disponível em: <http://www.reafmercosul.org/sobre-reafe> Acesso em: 24 agosto, 2020

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução Guacira Lopes Louro e Tomaz Tadeu da Silva. Educação & Realidade, v. 20, n. 2, p. 71-99, [1986] 1995.

SHORTALL, S. Gender mainstreaming and the Common Agricultural Policy. Gender, Place & Culture, v. 22, n.5, p.717-730.

SILIPRANDI, E. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2009.

SPIVAK, G. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: EDUFMG, 2010.

ZIEMMERMANN, S.; BRITEZ-COHENE, D. J. Igualdade de Gênero e Mulheres na Reunião Especializada do Mercosul (REAF). Relatório de Pesquisa-Chamada Universal MCTI/CNPq nº01/2016. 2020. (Documento não publicado)

ZIMMERMANN, S. A. A construção de um público da Agricultura Familiar na América Latina: emergência e engajamento na REAF Mercosul. In: CORRÊA, D. S.; CHARTAIN, L.; CANTU, R.; LEAL, S. (orgs). Crítica e Pragmatismo na sociologia – diálogos Brasil e França. São Paulo: Anna Blume, 2018. p.151-183

ZOBOLI, E. L. C. P. A redescoberta da ética do cuidado: o foco e a ênfase nas relações. Revista da Escola de Enfermagem USP, v.38, n.1, p. 21-27.

Recebido: 10 out. 2020.

Aprovado: 20 nov. 2020.

DOI: 10.3895/rbpd.v9n5.13512

Como citar: CHARÃO-MARQUES, F. A permeabilidade da REAF à perspectiva de gênero: espaços para pensar transversalidade e igualdade. **R. bras. Planej. Desenv.**, Curitiba, v. 9, n. 5, p.703-729, Edição Especial Agricultura Familiar no Mercosul, dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Flávia Charão-Marques
Av. João Pessoa, 31, Porto Alegre – RS

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença CreativeCommons-Atribuição 4.0 Internacional.

